



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0001833-88.2023.6.22.8000

INTERESSADO: CENTRO DE MEMÓRIA

ASSUNTO: Dispensa de licitação – Contratação de serviços especializados - Confecção de quadros, impressões fotográficas e letreiros para compor as galerias das autoridades do TRE-RO.

DESPACHO Nº 1214 / 2023 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo iniciado pela Comissão de Gestão da Memória Eleitoral deste Tribunal, que tem como objeto a contratação de serviços especializados de confecção de quadros, impressões fotográficas e letreiros para compor as galerias das autoridades do TRE-RO, com contornos iniciais delineados no Documento de Formalização de Demanda - DFD, juntado no evento 1069182.

O Secretário da SAOFC, mediante o Despacho n. 2205/2023 (1064399), analisou que, de acordo com as justificativas apontadas no DFD, a contratação **não** exigiria a instituição de Equipe de Planejamento da Contratação e Equipe de Gestão e Fiscalização de Contrato, bem como a elaboração de Mapa de Riscos. Assim, com fundamento no § 3º da IN TRE-RO n. 9/2022, encaminhou o processo à Comissão de Gestão da Memória Eleitoral, para elaboração do Termo de Referência/Projeto Básico, realização de pesquisa de preços e elaboração da Informação Conclusiva do Valor Estimado da Contratação - ICVEC.

Em atendimento ao referido despacho e instrução do feito, foram juntados os seguintes documentos ao processo: **a)** Documento de Formalização de Demanda (1069182); **b)** Informação Conclusiva do Valor Estimado da contratação direta (1069202); **c)** Termo de Referência n. 1/2023-COMISSÕES/MEMÓRIA (1069208), que reproduziu as regras da contratação direta, com dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, II, da Lei n. 14.133/2021. Descreveu, ainda, o objeto e seus complementos, justificou a necessidade da contratação, descreveu a conformidade com o planejamento estratégico, aderência ao planejamento orçamentário, condições de habilitação, da gestão e fiscalização e sanções administrativas.

Realizada a Cotação de Preços no mercado local, 4 (quatro) empresas apresentaram propostas e apenas 3 (três) demonstraram condições de habilitação, sendo vencedora a proposta da empresa VINIL DECOR MOLDURARIA DECORAÇÃO E COMERCIO LTDA, CNPJ n. 43.594.727/0001-57, no valor de R\$ 27.407,08 (vinte e sete mil quatrocentos e quarenta e sete reais e oito centavos). As certidões de regularidade da referida empresa foram juntadas no evento 1066003.

A Seção de Apoio às Contratações - SAC manifestou-se pela regularidade do Termo de referência nº 1/2023-COMISSÕES/MEMÓRIA (1069208), complementado pela cotação de preços (1065999) e demais elementos contidos no processo, o qual encontra-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo art. 75, inciso II, da Lei n. 14.133/21 (1071260).

A COFC informou acerca da previsão da despesa no planejamento orçamentário do exercício de 2023 (1067666). A SPOF, por sua vez, juntou aos autos a Programação Orçamentária no valor de R\$ 27.407,08 (1067705), para custear o valor total da despesa.

A AJSAOFC, por meio do Parecer Jurídico nº 223/2023 (1072118), opinou: pela aprovação do Termo de Referência n. 1/2023-COMISSÕES/MEMÓRIA (1069208) - também analisado e tido por regular pela SAC (1071260), caso assim entenda a autoridade competente para aprovação, na forma do art. 72, VIII da Lei n. 14.133/2021 e item 15 do ANEXO VIII da IN TRE-RO n.

9/2022; pela possibilidade jurídica da contratação por meio de dispensa de licitação, do objeto especificado no objeto do termo de referência citado, diretamente com a empresa VINIL DECOR MOLDURARIA DECORAÇÃO E COMERCIO LTDA, CNPJ n. 43.594.727/0001-57, vencedora da cotação de preços, pelo valor total de R\$ 27.407,08 (vinte e sete mil quatrocentos e quarenta e sete reais e oito centavos), que também comprovou as condições mínimas para contratar com a Administração Pública, conforme certidões de regularidade juntadas no evento 1066003.

Ressaltou, no item 29, subitem IV, orientações à Comissão de Gestão da Memória, acerca da necessidade de observância e cumprimento das regras de regência sobre a elaboração dos documentos relativos à pretensa contratação do objeto. Por fim, ressaltou que o instrumento de contrato será substituído pela nota de empenho, na forma prevista no caput do art. 95 da Lei n. 14.133/2021 e com supedâneo na jurisprudência do TCU, como nos Acórdãos 1.234/2018 e 363/2003 - ambos do Plenário e 7.125/2010-1ª Câmara.

Por sua vez, a SAOFC reconheceu a situação de dispensa de licitação tradicional e manifestou-se pela aprovação dos documentos que integram a fase de planejamento da contratação e do Termo de Referência n. 1/2023-COMISSÕES/MEMÓRIA (1069208), na forma do item 15 do Anexo VIII da IN TRE-RO n. 9/2022, com fundamento no inciso [I do art. 72 da Lei. nº 14.133/2021 \(Nova Lei de Licitações e Contratos\)](#); pela autorização da despesa de forma direta por dispensa de licitação, com fulcro no inciso [VIII do art. 72 da Lei. nº 14.133/2021](#); pela regularidade da informação conclusiva do valor estimado (1069202); contratação direta da empresa VINIL DECOR MOLDURARIA DECORAÇÃO E COMERCIO LTDA, CNPJ n. 43.594.727/0001-57, vencedora da cotação de preços, pelo valor total de R\$ 27.407,08; publicação do ato de dispensa no DJE, em respeito ao princípio da publicidade e em consonância com o [parágrafo único do art. 72 da Lei. nº 14.133/2021](#), do [Acórdão TCU n. 1336/06 - Plenário](#), bem como do ato autorizativo da contratação direta em sítio eletrônico oficial do TRE-RO a fim de propiciar a divulgação e disposição ao público em geral, na forma do [parágrafo único do art. 72 da Lei. nº 14.133/2021](#), além da regular publicação/replicação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP; e necessidade de observância das orientações emitidas pela Assessoria Jurídica, com a finalidade de orientar a Comissão de Gestão da Memória no que tange a elaboração dos documentos relativos à pretensa contratação do objeto (Manifestação n. 443/2023-GABSAOFC - 1072304).

Vieram os autos para apreciação, nesta Diretoria-Geral.

Inicialmente, registra-se que a presente contratação foi elaborada pelas regras do novo regime jurídico da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, aplicável a este Tribunal pela regulamentação que consta da Instrução Normativa TRE-RO n. 9, de 11/10/2022, publicada no DJE TRE-RO n. 250, de 05/09/2022 e de observância obrigatória neste Órgão para os processos instaurados a partir de 07/11/2022 (0934832).

Conforme relatado, a Comissão de Gestão da Memória Eleitoral pleiteou a presente contratação, para atender demanda da Administração deste Tribunal, visando a padronização das Galerias das autoridades do TRE-RO e sua complementação, de modo a alcançar aderência às diretrizes da Resolução CNJ n. 324/2020, bem assim, o aprimoramento da gestão da memória eleitoral brasileira e institucional por meio da pesquisa, identificação, coleta, registro, tratamento técnico, conservação, restauração, preservação, produção de conteúdo, divulgação de acervos e do patrimônio histórico da Justiça Eleitoral, consubstanciado na implementação efetiva na Política de Acervos nos termos dos arts. 44 e 46 da Lei n. 11.904/2009, e cumprimento dos critérios e requisitos propostos na Resolução CNJ n. 324/2020, além dos instrumentos necessários à efetiva gestão da memória também publicados pelo CNJ a exemplo do Manual de Gestão da Memória do Poder Judiciário.

Assim, verifica-se que o caso em análise não busca a realização de um certame licitatório de maior complexidade. Trata-se de contratação direta, por dispensa de licitação, **em razão do valor**. Para hipóteses tais como esta, a **Lei n. 14.133/2021**, nos termos do inciso II do artigo 75, assim estabelece:

Art. 75. É dispensável a licitação:

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

...

Ademais, denota-se que a unidade demandante utilizou-se da via da cotação direta aos fornecedores potenciais, procedimento idôneo para o cumprimento dos requisitos legais de caráter genérico, aplicáveis às contratações diretas, quais sejam: a) a **razão da escolha do fornecedor**; e b) a **justificativa do preço (art. 72, incisos VI e VII, da Lei n. 14.133/2021)**. Isso porque a possibilidade de a Administração contratar diretamente não a isenta de comprovar a regularidade dos preços e desconsiderar propostas excessivas ou inexequíveis. A esse respeito, a jurisprudência do Tribunal de Contas da União - TCU é firme ao indicar que a realização de pesquisa de preços, previamente à fase externa da licitação, é uma exigência legal para todos os processos licitatórios, inclusive para os casos de dispensa e inexigibilidade.

Além disso, os documentos juntados ao processo atestam a regularidade das 3 (três) cotantes (1069202), sagrando-se vencedora a empresa VINIL DECOR MOLDURARIA DECORAÇÃO E COMERCIO LTDA, CNPJ n. 43.594.727/0001-57, pelo valor total de R\$ 27.407,08 (vinte e sete mil quatrocentos e quarenta e sete reais e oito centavos). As certidões de regularidade foram juntadas no evento 1066003. Por tal motivo, demonstrado o cumprimento dos dois requisitos legais (**justificativa do preço e a razão da escolha do fornecedor**) a referida contratação enquadra-se dispensa de licitação em razão do valor, prevista no art. 75, II, da Lei n. 10.133/2021, atualmente no patamar de R\$ 57.208,30 (cinquenta e sete mil duzentos e oito reais e trinta centavos), na forma do Decreto Federal n. 11.317/2022. Em razão disso, é possível concluir pela adequação legal do procedimento de estimativa da despesa ao regime da Lei n. 14.133/2021 e às regras da IN TRE-RO n. 9/2022.

No caso em análise, verifica-se que a unidade demandante cuidou de inserir no TR os elementos tidos como essenciais, haja vista que alguns deles são dispensáveis, exigidos apenas para determinados objetos ou em função da sua complexidade. Também, observa-se que estão presentes os documentos obrigatórios da fase de planejamento das contratações diretas, consistentes nos seguintes: a) Documento de Formalização da Demanda/Solicitação da Contratação (1069182); b) Informação Conclusiva do Valor Estimado da contratação direta (1069202); e c) Termo de Referência (1069208).

Analizando os autos, a AJSAOFC concluiu pela adequação legal de todos esses documentos ao regime da Lei n. 14.133/2021 e às regras da IN TRE-RO n. 9/2022. **Todavia, constatou a necessidade de expedir as seguintes orientações à unidade demandante:**

IV - Orientações à unidade demandante:

- i. Revisar a ordem dos capítulos nos próximos processos para que não haja erro de numeração, vide item 4, conclusão da análise da SAC (1071260);
- ii. Sempre justifique os agrupamentos e, caso não haja justificativa razoável, adote a aquisição por itens isolados, procedimento que melhor atende ao princípio da proposta mais vantajosa;
- iii. Previamente à execução dos serviços procure comprovar com o prestador que a madeira que será utilizada nos serviços é, de fato, proveniente de reflorestamento.

Assim, no intuito de aprimorar cada vez mais os procedimentos de contratação neste Regional, a unidade demandante deve observar as orientações normativas acerca da matéria, dentre as quais as indicadas pela Assessoria Jurídica, supramencionadas.

Por fim, devido tratar-se de dispensa em razão do valor, a Comissão de Gestão da Memória Eleitoral informa que o **contrato será substituído pela nota de empenho** na forma do artigo 95, inciso II, da Lei n. 14.333/21. As regras da Cotação de Preços constam no Termo de Referência.

Pelo exposto, com base nas atribuições conferidas pela Portaria TRE-RO n. 66/2018:

1 - Aprovo o Termo de Referência n. 1/2023-COMISSÕES/MEMÓRIA (1069208), uma vez que possui os elementos mínimos essenciais definidos no inciso XXIII e alíneas do artigo 6º; § 1º do art. 40 e no art. 150 da Lei n. 14.133/2021 c/c com o §1º do art. 10 e §1º do art. 15 da IN TRE-RO n. 9/2022, bem como todos os elementos constitutivos da etapa de planejamento nos termos do item 15 do anexo VIII da IN n. 9/2022;

2 - Aprovo o valor estimado constante da informação conclusiva do evento 1069202, em cumprimento ao item 40 do Anexo II da Resolução CNJ n.

215/2015 (atualizado pela Portaria CNJ n. 57/2023) e ao Acórdão TCU n. 2622/2015-Plenário;

3 - Autorizo a despesa, de forma direta, por dispensa de licitação, em razão do valor, com fundamento no art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021;

4 - Adjudico o objeto à empresa VINIL DECOR MOLDURARIA DECORAÇÃO E COMERCIO LTDA, CNPJ n. 43.594.727/0001-57, e autorizo a emissão da Nota de Empenho no valor total de R\$ 27.407,08 (vinte e sete mil quatrocentos e quarenta e sete reais e oito centavos), em seu favor;

5 - Determino a divulgação do extrato da nota de empenho, juntamente com o ato autorizativo e demais documentos necessários no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), e no sítio eletrônico oficial do TRE-RO, nos termos do item 28 do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022; e

6 - Determino que a Comissão de Gestão da Memória Eleitoral (unidade demandante) observe e cumpra as orientações expedidas pela AJSAOFC, na forma descrita no item 29, subitem IV, do Parecer Jurídico nº 223/2023 (1072118).

À SAOFC para a continuidade.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 14/10/2023, às 18:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1072717** e o código CRC **90F956F7**.